

Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional

Ten years of Seattle, the anti-globalization movement and the transnational collective action

Breno Bringel¹
brenobringel@hotmail.com

Enara Echart Muñoz²
enaraem@pdi.ucm.es

Resumo

Dez anos depois dos protestos em Seattle, em 1999, propõe-se, neste artigo, realizar um balanço sobre o movimento antiglobalização. Partimos da hipótese de que, durante esse tempo, o movimento antiglobalização demonstrou uma importante capacidade de organização, de mobilização e de incidência no cenário internacional. Na atualidade, vive uma etapa de crise como ator, mas grande parte de seu legado já é assumido como um novo marco de ação coletiva transnacional. Para concretizar esta análise, o artigo apresenta o movimento antiglobalização e suas características e inclui sobre esta uma breve discussão conceitual e terminológica; explica o processo de emergência e analisa os principais ciclos e agendas do movimento; estuda os primeiros sinais de esgotamento do movimento antiglobalização e a argumentação de que há, também, para além da crise daquele, uma crise conceitual ao explicar o novo ativismo transnacional. Finalmente, este estudo faz uma reflexão sobre alguns dos desafios enfrentados pelos movimentos globais na atualidade.

Palavras-chave: ação coletiva transnacional, movimento antiglobalização, movimentos sociais globais, Seattle.

Abstract

Ten years after the protests in Seattle in 1999, this article aims to conduct an evaluation of the anti-globalization movement. Our hypothesis is that during those years, the anti-globalization movement has shown an important ability to organize, mobilize and influence in the international scene, and that it is currently living a stage of crisis as an actor, but with a large part of its legacy having being made into a new framework for transnational collective action. Thus, this paper presents the movement and its features, including a brief terminological and conceptual discussion; an explanation about its origins, reviewing the main cycles and agendas; a study of the first signs of exhaustion of the anti-globalization movement, and the arguments that, beyond the movement's crisis, there is also a conceptual crisis in order to explain the new transnational activism; and, finally, a reflection on some of the challenges faced by global movements nowadays.

Key words: transnational collective action, anti-globalization movement, global social movements, Seattle.

¹ Pesquisador Honorífico do Departamento de Ciência Política III da Universidade Complutense de Madrid, Espanha. *Visiting Scholar* na Universidade de Cambridge, Reino Unido. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Campus de Somosaguas s/n, 28223, Despacho 1309, Pozuelo de Alarcón, Madrid, Espanha.

² Pesquisadora e docente no Instituto Universitario de Desenvolvimento e Cooperação, Espanha. Instituto Universitario de Desenvolvimento e Cooperação. Calle Donoso Cortés, 65, 6ª planta, 28015, Madrid, Espanha.



Introdução: Seattle e a queda do muro do silêncio³

Da mesma forma que o ano de 2008 esteve marcado por intensas reflexões sobre a atualização do Maio de 1968 no seu quadragésimo aniversário, o ano de 2009 encerrou-se com outros dois aniversários simbólicos para a contestação política e social global: por um lado, os vinte anos da queda do muro de Berlim, que marcou, entre muitas outras transformações, uma reconfiguração do mapa geopolítico global com o fim da bipolaridade e uma abertura sem precedentes para a expansão capitalista e, por outro lado, os dez anos dos protestos de Seattle, que paralisaram a Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) naquela cidade e marcaram também a irrupção midiática do movimento antiglobalização. Desse modo, depois da queda do Muro de Berlim em 1989, Seattle representa, dez anos depois, a queda de outro muro: o muro do silêncio (Echart *et al.*, 2005) que havia sido levantado com boas capas de cimento neoliberal e sustentado pela mais que conhecida irradiação do pensamento único: do *there is no alternative*.

Os protestos de Seattle e o nascimento do movimento antiglobalização supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade internacional (uma vez que representa a irrupção de um novo ator internacional⁴) como nas formas de mobilização política (já que insere um repertório renovado de ação coletiva, marcado por dinâmicas internacionais e transnacionais). A partir de Seattle, as forças sociais de diferente natureza (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicais, comunidades universitárias etc.) passam a desempenhar um rol mais ativo no âmbito global, por meio de diferentes estratégias e formas de participação. Tal fato permite o forjamento de um espaço numa arena outrora completamente dominada pelos Estados e organizações internacionais, os quais se veem obrigados a incluir em suas políticas uma maior participação da sociedade civil. Por estes e outros motivos expostos neste artigo, partimos da hipótese de que o movimento antiglobalização demonstrou uma importante capacidade de organização (criando amplas redes sociais ou celebrando encontros relevantes, entre os quais se destaca, entre outros, o Fórum Social Mundial), de mobilização (Seattle foi somente o primeiro exemplo de uma

série de ações coletivas que tiveram seu momento auge em Gênova, em 2001, nas mobilizações contra a guerra do Iraque ou nos protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de incidência (em diferentes escalas, esferas e eixos de atuação) no cenário internacional. Constatamos, ainda, que esse movimento vive atualmente uma etapa de crise como ator, porém com grande parte do seu legado sendo assumido em um novo marco de ação coletiva transnacional.

Para demonstrar este ponto de partida, realizamos um balanço do movimento antiglobalização em seu décimo aniversário. Em primeiro lugar, apresentamos brevemente o movimento e suas características, incluindo uma breve discussão conceitual e terminológica; em segundo, explicamos seu processo de emergência analisando os principais ciclos e agendas; em terceiro lugar, adentramos nos primeiros sinais de esgotamento da antiglobalização e em alguns de seus desdobramentos, argumentando que, além da crise do movimento, há também uma crise conceitual, intrinsecamente relacionada a esse, para explicar o novo ativismo transnacional; em quarto e último lugar, refletimos sobre alguns dos desafios enfrentados pelos movimentos globais na atualidade.

O movimento antiglobalização: definições e características

Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal, a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam. No entanto, a denominação antiglobalização não está isenta de polêmicas, uma vez que muitos analistas rejeitam esta definição negativa, utilizada, pela primeira vez, pelo jornal *The Economist*, no dia 30 de novembro de 1999, durante as mobilizações de Seattle. Autores como Della Porta (2007) preferem utilizar o termo movimento por uma nova globalização argumentando, de forma geral, que além do marco dos protestos há também um

³ Agradecemos a Sara López suas importantes contribuições e o diálogo constante sobre os temas apresentados no presente texto. Este diálogo se materializou em vários capítulos de livros escritos anualmente para a seção *movimento antiglobalização do Anuario de Movimientos Sociales*, coordenado por Grau e Ibarra e publicado (não por casualidade), desde o ano 1999, pela Editorial Icaria, em Barcelona. Este texto é, de certa forma, um balanço atualizado e revisado de algumas das nossas contribuições para esse Anuário (Bringel *et al.*, 2007, 2008, 2009). Vide também Grau e Ibarra (2001, 2003) e López *et al.* (2006).

⁴ Entendemos por ator internacional aquela "unidade do sistema internacional (entidade, grupo ou indivíduo) que goza de habilidade para mobilizar recursos para alcançar seus objetivos, que têm capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema e que possui certa autonomia" (Barbé, 2003, p. 135). Desse modo, incluem-se nesta definição os movimentos sociais globais como o movimento antiglobalização que atuam na sociedade internacional, com influência nas agendas e relações internacionais e também nas estratégias dos demais atores (Estados, organizações internacionais, empresas transnacionais etc.) que respondem, de diversas maneiras, à sua presença, desde a abertura de vias de participação até a repressão (Echart, 2008).

horizonte propositivo⁵. *Por uma outra globalização* foi também o título dado por Milton Santos (2000) a um livro muito difundido no Brasil que, ainda que assinala alternativas ao globalismo, entendido como ideologia reducionista da globalização à lógica do mercado (Beck, 1999), não tem uma linha argumentativa centrada no movimento antiglobalização como ator, mas sim na globalização como processo multidimensional.

De forma paralela, Callinicos (2003), Klein (2001) e amplos setores do movimento argumentam que o termo antiglobalização é contraditório à realidade de um movimento global, para muitos, o mais globalizado da História, pelo uso realizado de ferramentas como a Internet. Outros, pertencentes à rama mais reformista do movimento, preferem insistir na ideia de uma globalização com um rosto humano (George, 2001), de uma globalização por baixo (Falk, 1993)⁶ ou de um movimento altermundista, caso da versão francófona. Também podem ser encontradas definições mais gerais como movimento global ou movimento de resistência global, para ressaltar sua extensão; movimento pela justiça global (Diaz-Salazar, 2002), para assinalar sua finalidade; ou movimento de movimentos e nuvem de mosquitos, para mostrar sua heterogeneidade. Existem outras definições negativas, utilizadas e incorporadas às subjetividades e aos discursos de vários grupos, como é o caso de movimento anticapitalista⁷.

Essa disputa terminológica é somente um exemplo da enorme dificuldade que existe ao definir um movimento que, a pesar de sua difusão e popularidade nos círculos acadêmicos e ativistas, escassas vezes é analisado com precisão como ator internacional. Optamos pelo rótulo antiglobalização por uma razão simples: é justamente a oposição à globalização capitalista o nexo de união de tamanha heterogeneidade e não a necessidade de reformá-la (opção de somente alguns setores) ou de lutar por um determinado modelo de nova ou outra globalização, terreno em que não há nenhum tipo de consenso. O livro de Kingsnorth (2006) – com o sugestivo título *Um não, muitos sins* – constitui um bom material de apoio nesse sentido, uma vez que explora as diferentes sensibilidades existentes dentro de um movimento global cujo eixo articulador é a negação de um processo e não a construção coletiva de uma saída específica. Trata-se, assim, de uma questão com importantes implicações políticas e teóricas, se considerada uma ruptura com a dimensão de totalidade dentro dos processos de mudança social na pós-modernidade.

Algumas características do movimento antiglobalização podem ajudar a entendê-lo. Entre estas, podemos destacar: em

primeiro lugar, sua enorme heterogeneidade derivada da união de amplos setores da esquerda (política e social) e de diversas lutas (geradoras de eixos temáticos que conformam o movimento antiglobalização); em segundo lugar, o caráter espetacular de seu repertório de ações coletivas (o que contribuiu para a sua inclusão na agenda midiática) que se articula entre o pacifismo, os vários tipos de ação direta, as estratégias de inovação cultural e a resistência ativa, entre outras; em terceiro, a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, com iniciativas que surgem desde Seattle como Indymedia, passando pelo *media center* de Gênova ou os diferentes canais de contra-informação, os quais se constituíram em ferramentas-chave em todo o mundo para canalizar a informação contada pelos próprios movimentos sociais, mas que também funcionam como instrumentos de participação, mobilização e criação de identidade; em quarto lugar, a horizontalidade como forma de organização política, a partir de um sistema de tomada de decisões de caráter assembleário e por consenso, desvinculado do centralismo, das fortes hierarquias e da lógica da representatividade, e uma estrutura organizativa descentralizada em forma de redes; em quinto lugar, a presença de uma conexão *glocal*, cujo lema *pensar globalmente, atuar localmente* funciona como impulsor de uma engrenagem que permite identificar a globalização neoliberal como causa principal de diversos conflitos locais, com a importância da visibilização global dos conflitos e também dos trabalhos de base mais invisíveis; finalmente, em sexto lugar, uma radicalidade reivindicativa frente a um modelo socioeconômico que se pretendia infalível. O outro mundo possível emerge, assim, frente ao *there is no alternative*, de Thatcher, ou o fim da história, de Fukuyama, como uma importante ruptura discursiva, algo que já pode ser considerado um primeiro grande êxito deste movimento.

Na sequência do que analisamos, percebe-se um grande número de variáveis utilizado para sistematizar a heterogeneidade existente no movimento antiglobalização. Entre elas, encontramos: (a) o eixo ideológico direita/esquerda (que varia, dentro do movimento antiglobalização, entre sensibilidades de centro esquerda e a extrema esquerda); (b) o grau de institucionalização (desde partidos políticos, sindicatos e associações passando por coletivos, associações, grupos de afinidades e também indivíduos); (c) o posicionamento perante o Estado (desde a social-democracia até os anarquistas); (d) suas diferentes localizações e manifestações geográficas (ainda que possa ser considerado um movimento global, não podem ser destacadas as particu-

⁵ No Brasil, esta definição é compartilhada recentemente em alguns artigos e teses de doutoramento. Ver, entre outros, Midlej (2008).

⁶ Este autor diferencia *globalization-from-above* (reflexo da colaboração entre os Estados líderes e os principais agentes da formação do capital) e *globalization-from-below* ("uma rede de forças sociais transnacionais motivadas pelo seu interesse pelo meio ambiente e os direitos humanos, a hostilidade frente ao patriarcado e uma visão da comunidade humana baseada na unidade de diversas culturas que buscam o fim da pobreza, a opressão, a humilhação e a violência coletiva") (Falk, 1993, p. 39). Vários outros autores realizaram contribuições semelhantes, como Santos (1995), que diferencia globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica.

⁷ Neste caso em particular, os autores vinculados à corrente do sistema-mundo, cujo máximo expoente é Immanuel Wallerstein, inclinaram-se pela definição de movimentos antissistêmicos (Arrighi et al., 1999), que se encaixa melhor com as premissas teórico-epistemológicas dessa linha. Para aprofundar nessa discussão conceitual vide também Echart et al. (2005), Fernandez Duran et al. (2001), Galdón (2002), Pastor (2002) ou Taibo (2005).

laridades referentes aos vínculos com o Estado em que surgem, com a cultura política com a qual habitualmente se socializam e com as oportunidades políticas dos lugares onde atuam). Desse modo, muitos são os desafios para interpretar o complexo perfil e as identidades do militante de um movimento global como o movimento antiglobalização. Ao teorizar sobre este novo tipo de ativistas, Tarrow (2005, p. 29) propõe a noção de "cosmopolitas arraigados" (*rooted cosmopolitans*) que são "pessoas e grupos arraigados em contextos nacionais específicos, mas comprometidos com atividades de contestação política que os envolvem em redes transnacionais de contatos e conflitos". A noção pode ser muito útil para determinado perfil de ativistas, porém não para todos, uma vez que, em alguns casos, os ativistas podem não estar arraigados em contextos nacionais específicos (por migrações, histórias de vida, entre outros muitos motivos), senão a vários, evidenciando múltiplos referenciais e uma incorporação à vida militante de forma direta à contestação global e transnacional.

Podemos destacar, ainda, outra característica fundamental do movimento antiglobalização que marca sua própria evolução, a saber, seu posicionamento perante o sistema global que leva à diferenciação entre duas grandes posturas dentro do movimento. Por um lado, o ramo reformista (ou da proposta), identificado no Fórum Social Mundial e com uma forte participação de Organizações Não Governamentais (ONG), tem como foco a reforma da globalização neoliberal, buscando incorporar questões sociais relevantes na agenda política para alcançar um determinado patamar de justiça global e apostando, em maior medida, na participação em âmbitos institucionalizados; por outro, sublinhamos o ramo revolucionário (ou do protesto), majoritariamente identificado com a Ação Global dos Povos, com maior participação de movimentos sociais de base. Obviamente, não está divorciado de um marco propositivo, mas está mais centrado no protesto e pode ser considerado mais rupturista, ao se posicionar abertamente contra o capitalismo e com uma atitude de enfrentamento diante das estruturas de poder dominantes. À diferença do primeiro, a presença na cena internacional não está marcada pela aposta mais institucionalizada de uma participação sociopolítica por convite, mas pela participação por irrupção em determinados espaços (Echart, 2008). Em outras palavras: enquanto nos primeiros prevalece a cooperação nestes últimos a ideia-chave é o conflito social. A diferenciação entre os dois ramos e suas estratégias é uma questão de grande relevância, uma vez que, sobretudo no caso brasileiro, tende-se, com frequência, a restringir o movimento antiglobalização ao Fórum Social Mundial, obviando dinâmicas fundamentais que marcaram o devir do movimento, como veremos em seguida, ao analisar os ciclos aparecidos como resultado de sua evolução. Além disso, convém realizar outra advertência: a complexidade dos movimentos sociais globais tem levado à

confusão entre estes e as organizações não governamentais (que podem participar de alguma maneira de movimentos sociais, com características e dinâmicas próprias, mas estas aparecem somente como uma parte daqueles). Assim, para compreender as dinâmicas do movimento em foco, é necessário considerar as diferentes formas de produção e reprodução de sentidos.

Surgimento, ciclos e agendas

Uma primeira razão para explicar o surgimento dos atores sociais no cenário internacional é a necessidade, por parte da cidadania, de dar uma resposta prática ao distanciamento dos centros de tomada de decisões dos lugares habituais de participação cidadã. Trata-se de uma questão que leva muitos autores a teorizar sobre novas democracias (cosmopolitas, globais, transnacionais e assim por diante), frente aos renovados marcos de ação política dos movimentos sociais (Bringel e Echart, 2008). De fato, isso estimula novas formas de participação sociopolítica, seja por convite, seja por irrupção, reivindicadas pelo movimento antiglobalização. Desse modo, o surgimento do movimento se relaciona ao contexto de crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do Estado de bem-estar social. Nas últimas décadas, o Estado assiste a uma diminuição de seus poderes e os setores sociais, cada vez mais desprotegidos, encontram maior dificuldade em localizar uma entidade reconhecível a quem responsabilizar dos novos problemas cidadãos. Esta busca de novos interlocutores e responsáveis políticos tem deslocado, dessa forma, ao cenário internacional várias das demandas sociais.

Além disso, os movimentos antiglobalização aparecem, em parte, devido à incapacidade das ONGs, atores nos quais muitos haviam depositado sua confiança, nos anos anteriores, para resolver a situação de crescente desigualdade no mundo. Oferecem, por consequência, uma alternativa: a mobilização e a construção a partir do trabalho de base do que podemos denominar um "basismo globalizado", criticando a cooptação das ONGs e seu caráter de negociação e colaboração com as instituições políticas e financeiras, o que se pode afirmar ligado a uma diminuição do seu nível de crítica. Ainda assim, como foi apontado no início, o surgimento dos movimentos antiglobalização também está relacionado com a crise do modelo econômico neoliberal e a luta contra a globalização, sendo possível identificar várias etapas de mobilização global que tem suas raízes muito antes de Seattle.

Desse modo, podemos falar, em termos analíticos, de vários ciclos e subciclos⁸: a primeira fase (embrionária ou de gestação) surgiu no final dos anos 1980, com o aparecimento dos primeiros atos de protesto na Europa e a definição de alguns interlocutores globais contra os que se manifestam. Celebrou-se, nesse período

⁸ A distinção é fundamentalmente analítica, uma vez que a heterogeneidade geográfica leva à preponderância de uma fase ou outra, de acordo com as diferentes regiões e realidades analisadas. De qualquer forma, tal categorização revela convergências militantes entre diferentes lugares (sejam cidades, países ou regiões), assim como algumas das velocidades, espacialidades e temporalidades do movimento antiglobalização que, ao contrário do que afirmaram alguns críticos, não é somente um movimento do Norte Global.

do, contracúpulas incipientes frente a instituições financeiras internacionais, como os protestos contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de Berlim, em 1988, e se produziram as primeiras reflexões sobre as consequências negativas da globalização, com ênfase na questão do meio ambiente.

No começo dos anos 1990, ocorreu a segunda etapa dessas manifestações (de Cúpula paralela). Nesse momento, frente à participação das ONGs nas Cúpulas de Alto Nível das Nações Unidas, criaram-se as cúpulas paralelas às oficiais, ainda que mantendo a agenda proposta pelas últimas, como no caso do evento *The Other Economic Summit* (A outra cúpula econômica), realizada de forma paralela às reuniões do G-7, em 1992. Neste mesmo ano, celebrou-se um dos principais eventos desta fase: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro. Mais conhecida como Rio-92, Eco-92 ou como Cúpula da Terra, ela marcou a entrada definitiva da voz dos atores sociais no cenário internacional (principalmente ONG). Nessa fase, apareceram também campanhas com vocação de solidariedade internacionalista como "500 anos de resistência" (em que a denúncia de movimentos sociais latino-americanos, principalmente indígenas, frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América encontra canais e redes de convergências e denúncias compartilhadas com militantes europeus e norte-americanos), e a campanha "50 anos bastam" (contra o quinquasésimo aniversário da criação das instituições de Bretton Woods). De grande importância foi o levantamento zapatista de 1994 e a celebração do Primeiro Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em que convergem vários movimentos sociais contrários à globalização. Outros momentos relevantes desta segunda etapa foram: a convocatória das primeiras jornadas de luta global pela Ação Global dos Povos (com o lema "Nossa resistência será tão global como o capital"); os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁹ e a criação da rede ATTAC, coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional *Outro Mundo é Possível*, convertido logo no lema do movimento. Esta etapa, que criou importantes centros de reflexão crítica sobre a globalização neoliberal, assim como campanhas de denúncia às empresas transnacionais, finalizou, em 1999, com a irrupção pública do movimento em Seattle.

A terceira fase, de 1999 a 2001, foi protagonizada por sucessivos protestos e um aumento da intensidade do conflito social. Nasceu midiaticamente o movimento antiglobalização em 1999 durante a contracúpula realizada frente à Ronda do Milênio da OMC em Seattle. A alta visibilização dos protestos nos meios de comunicação de massa chamou a atenção para um movimento que vinha sendo tecido desde anos anteriores. Nessa

terceira fase, as limitações das cúpulas ou fóruns paralelos levaram à criação de contracúpulas com agenda própria, organizadas graças à extensão do uso de Internet por parte dos diferentes grupos e coletivos. Em Seattle, quase 100.000 pessoas de diferentes procedências (nacionais, culturais, militantes etc.) saíram às ruas e conseguiram colocar no ponto de mira uma organização chave na regulação do comércio global, até então bastante esquecida pelos movimentos sociais, mas que, desde Seattle, não pôde realizar nenhuma Cúpula sem protestos e pressões dos movimentos. Apesar das várias tentativas de criminalização, que ressaltaram apenas o lado violento das mobilizações, por meio das atuações do grupo *Black Block*, o êxito desta convocatória foi notável com repercussões nos próprios discursos das instituições que são obrigadas a realizar uma autocrítica. A partir de Seattle, sucedem-se várias contracúpulas frente às reuniões internacionais do G8, FMI, Banco Mundial, União Europeia, Davos, OCDE, entre outros, consolidando-se os rasgos fundamentais do movimento antiglobalização. O máximo expoente desta fase é a Ação Global dos Povos (AGP), instrumento de coordenação de movimentos de base de todos os continentes, que surgiu em Genebra em 1998 e se reúne a cada dois anos. Esta lógica de mobilizações e contracúpulas demonstraram também algumas de suas limitações, como o desgaste e a repressão sofrida nas ações contra a Cúpula do G-8 em Gênova em 2001. Além disso, ainda durante esta fase, desenvolveu-se uma maior coordenação da rama propositiva, com o surgimento de espaços (como o Fórum Outro Davos, celebrado pela primeira vez em 1999) que seriam a tônica predominante durante os anos seguintes.

Entramos, assim, na quarta fase, com predomínio da proposta e certo recolhimento dos grupos de protesto ao nível local e ao trabalho virtual na Internet, sendo notória a multiplicação de páginas e ativistas dedicados à contrainformação. Os protestos se rearticulam de forma pontual, como no caso das manifestações contra a Guerra do Iraque, e se consolida o ramo mais propositivo do movimento a partir das sucessivas edições do Fórum Social Mundial (FSM), o qual nasce com o objetivo de superar as críticas sobre a falta de propostas do movimento. Nesse sentido, desde sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre, o FSM passa a ocupar um lugar central na visibilização de propostas, além de servir como ponto de encontro e espaço de intercâmbio de experiências de diferentes atores e iniciativas de todo o mundo.

À medida que o êxito do FSM se incrementa, aumentam também as críticas recebidas. Entre as mais habituais estão: a escassa democracia do encontro; a ênfase nas conferências de importantes intelectuais versus o ativismo horizontal e o trabalho de base; a presença majoritária da classe média europeia e latino-americana; a presença crescente de partidos e líderes políticos (como Chávez ou Lula); a burocratização e institucionalização, entre outros elementos. Algumas dessas tensões acentuam as

⁹ O AMI começou a ser negociado em segredo em 1995, entre 29 países da OCDE. Estabelecia um tratamento privilegiado de liberalização de investimentos para as empresas estrangeiras. O texto final foi filtrado por *Global Trade Watch* e publicado em 1998 pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, levando a várias críticas e protestos e à paralisação do acordo. Este seria outro importante antecedente de Seattle.

diferenças entre os ramos da proposta e do protesto, minando a credibilidade do FSM entre muitos movimentos sociais de base.

Como resposta às críticas e para conseguir uma maior incorporação de regiões e temas ausentes ou pouco discutidos nos Fóruns, inicia-se um primeiro esforço, a partir de 2002, na direção de criar fóruns sociais regionais e temáticos. Com este intuito, a quarta edição se traslada a Mumbai, Índia, alcançando uma ampla participação e mobilização social e são celebrados numerosos fóruns temáticos. No entanto, na edição posterior, outra vez em Porto Alegre, se agravaram muitas das tensões existentes em edições anteriores, abrindo-se um amplo debate sobre o futuro do Fórum que, em 2006, convoca uma versão descentralizada e policêntrica em Mali, Paquistão e Caracas. A celebração da edição seguinte, no ano de 2007, em Nairóbi, Quênia, põe em questão a desvinculação do FSM com a grande maioria da população local e carente onde o evento é celebrado. Depois, foi feita uma parada, em 2008, na qual somente se convocou um dia de mobilização e ação global, em claro sinal de esgotamento deste quarto ciclo de propostas. Assim, em 2009, na edição amazônica do FSM, em Belém, a mesma questão é levantada por grande parte dos assistentes: qual é o sentido de que a população local, sem recursos econômicos e interessada, não possa participar em um evento que quer criar outro mundo possível por não pagar a entrada? Alguns podem pensar que se trata de uma questão residual, mas, de fato, as medidas de segurança e a separação militar entre os locais do evento e os bairros limítrofes evocavam imagens que mais pareciam as de uma reunião oficial de uma cúpula do que as de um encontro de organizações e movimentos sociais. A alta presença institucional confirmou outra tendência mais ampla de cooptação e institucionalização dos espaços da sociedade civil no Brasil e somente a alta presença indígena, em um dos espaços do evento, colocou uma nota distintiva, em uma edição marcada pela alta presença de iniciativas governamentais, não governamentais e, inclusive, de empresas privadas.

Em suma, observamos como, em um breve período de tempo, as estratégias de ação do movimento antiglobalização variaram de forma considerável no cenário internacional, passando das cúpulas paralelas a um amplo repertório de ações coletivas e manifestações, contracúpulas e, posteriormente, à criação de fóruns próprios de discussão em, que, depois de várias edições, apareceram os primeiros sinais de esgotamento do movimento. A partir deste momento, o debate gira ao redor da crise do movimento antiglobalização, uma vez que se debilitam suas características globais mais visíveis. No entanto, a crise do movimento não implica seu desaparecimento nem de seus eixos centrais, mas sim um profundo processo de rearticulação frente a um novo cenário político-social na sociedade internacional, a qual não é mais a mesma de dez anos antes.

Redefiniram-se, por essa razão, as características de tal movimento e suas estratégias. Há um menor impulso dos movimentos do Norte e do ciclo de contracúpulas, mas também do ramo mais propositivo, com base no esgotamento do modelo de fóruns sociais mundiais, regionais e temáticos; ocorre um recolhimento a dinâmicas de trabalho mais locais e de base, menos visíveis e midiáticas; acontece um maior protagonismo das redes sociais do Sul Global¹⁰ e uma ênfase crescente em determinados eixos temáticos, como a soberania alimentar, que passam a conectar movimentos de várias partes do mundo (Bringel *et al.*, 2007). Para um melhor entendimento dessas crises do movimento antiglobalização, analisaremos brevemente algumas de suas dimensões, uma vez que isto nos permite assinalar também algumas conclusões e desafios para o futuro do movimento e para sua (re)interpretação nos meios acadêmicos e/ou ativistas.

Sinais de esgotamento e desdobramentos: crise do movimento e crise conceitual

Observamos como as grandes convocatórias globais do movimento antiglobalização foram se debilitando (primeiro as mobilizações durante as contracúpulas e, posteriormente, nos fóruns sociais mundiais). A seguir, ressaltamos como foram se aprofundando as iniciativas mais descentralizadas que ganharam força crescente entre os movimentos e redes do Sul Global. Desse modo, os sinais de esgotamento das características clássicas do movimento antiglobalização e o eterno debate sobre suas projeções e delimitações passaram a conviver com um redimensionamento das lutas sociais globais, de difícil caracterização, cujo principal desdobramento, provavelmente, seja a criação de um marco interpretativo e de repertórios de ação coletiva. Estes repertórios, por sua vez, são hoje plenamente assumidos por uma pluralidade de lutas transnacionais centradas em determinados eixos mais específicos. Desse modo, a análise de alguns elementos pode contribuir para iluminar este processo recente de reconfiguração dos movimentos sociais globais:

Novo cenário: crise sistêmica e nova configuração do poder global.

Se os movimentos antiglobalização surgiram como resposta aos efeitos negativos de um modelo neoliberal, que se pretendia infalível, não deixa de ser paradoxal que, na atualidade, depois de desmascarar dito modelo e suas consequências sociais, econômicas e meio-ambientais (um êxito indiscutível dessas lutas), o movimento não consiga articular uma resposta convincente frente a um siste-

¹⁰ Entendemos o Sul Global não como mero sinônimo *aggiornato* de Terceiro Mundo, periferia ou mundo subdesenvolvido, nem somente como um conjunto heterogêneo (do ponto de vista cultural e político) de países que compartilham uma posição estrutural de periferia ou semiperiferia no sistema-mundo moderno, mas como parte de um processo de articulação frente às novas geografias estruturais e morais. Vide Bringel e Cairo (2010).

ma que se vê marcado pelas crises globais multidimensionais que haviam sido denunciadas nos protestos antiglobalização, desde seu início. O aparecimento, nos últimos anos, acelerado pela crise financeira, dos efeitos mais perniciosos do sistema neoliberal, que haviam sido intensamente trabalhados discursivamente e em termos de construção política e social pelo movimento, não deram lugar a uma contestação que rearticule os diferentes eixos temáticos e regionais, os quais, dez anos antes, espacializaram o movimento antiglobalização por boa parte do mundo.

Frente à ausência dessa contestação global coordenada, cada um dos eixos, redes e movimentos se diluíram para aplicar seu próprio repertório de protestos e propostas em tempos de crises, com um peso especial no caso dos movimentos ecologistas, camponeses e indígenas, mas também de jovens em situação precária, no caso da Europa. Isso nos permite encontrar tendências diferenciadas entre o Norte e o Sul: enquanto, no primeiro, a maioria dos protestos globais enfrenta as consequências econômicas e laborais da crise (a luta contra a precariedade, com o exemplo paradigmático da Grécia desde o assassinato pela polícia do jovem ativista Alexandros Grigoropoulos, em dezembro de 2008), no segundo, busca-se assegurar a sobrevivência mais básica frente à forte subida dos preços dos alimentos na África, Ásia e alguns países da América Latina, o que converte a reivindicação da soberania alimentar em uma demanda aglutinadora, uma vez que nela também se inclui a luta por um novo modelo de produção, de defesa dos recursos naturais e também a autossuficiência e resgate de saberes do campo mercantilizado pelo neoliberalismo.

Reorganização do movimento: declínio da ação global unificada e descentralização.

Ainda que, pelo menos discursivamente, a conexão *glocal* se mantenha forte, o desgaste progressivo dos dois ramos de articulação do movimento antiglobalização (protesto e proposta) abriu lugar a uma relativa desarticulação da ação mais global, em benefício de ações coletivas mais localizadas/regionalizadas e temáticas. Os grandes protestos típicos do ciclo de contracúpulas perderam protagonismo no Ocidente, onde foram mais visíveis, com rearticulações pontuais como as mobilizações antiG8 em Rostock ou, mais recentemente, em dezembro de 2009, com as diversas ações e espaços articulados contra a Cúpula do Clima das Nações Unidas, em Copenhague. Emerge assim uma tendência de grandes articulações transnacionais em escalas regionais, que tem como melhor exemplo a América Latina, na qual o amplo abanico de protestos está bastante delimitado em termos continentais no que se refere à afluência e articulação de ativistas e à seleção temática das demandas que articulam as redes e protestos, havendo contribuído para isto a renovação da discussão sobre a integração regional.

Por outro lado, relativo ao debilitamento do marco mais propositivo e a perda de força dos FSM, torna-se um destaque a incapacidade de resposta deste evento/espaco frente às críticas

históricas e aquelas, mais recentes, referidas a sua comercialização, burocratização e estancamento (que o converteria, para os mais críticos, em uma espécie de feira da solidariedade para as classes médias). Uma consequência direta é a multiplicação de contra-fóruns, realizados de forma paralela aos fóruns sociais mundiais, regionais e temáticos oficiais, que servem de espaço para encontro entre aqueles grupos mais radicais em suas demandas, os quais expõem fortes tensões e críticas com a gestão e posicionamento político da maioria dos participantes nos eventos oficiais, aos que acusam de perda de radicalidade programática, como pudemos observar na última edição do FSM, em Belém.

Em suma, o desgaste das grandes plataformas dinamizadoras do movimento antiglobalização (a AGP, no ramo do protesto e o FSM, no marco da proposta) tem levado a uma maior descentralização das ações coletivas em novas redes como forma de tentar revitalizar a contestação global. Ainda assim, tal esgotamento está intrinsecamente vinculado a duas questões fundamentais amplamente estudadas pelas teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais. Em primeiro lugar, a dificuldade existente para manter uma alta intensidade de conflito e participação ativa durante muito tempo seguido; e, em segundo lugar, a sempre contraditória e particular manifestação dos resultados ou *outcomes* dos movimentos que, em vários casos, leva a seu desaparecimento quando sua demanda central é absorvida de maneira parcial ou total.

A imagem pública do movimento antiglobalização

A desarticulação das manifestações mais globais do movimento e o recolhimento a dinâmicas locais/regionais têm acarretado uma menor visibilidade de suas principais demandas, que não têm o forte impacto midiático nem político de dez anos atrás. Por outro lado, ainda que várias de suas reivindicações políticas, sociais e meio ambientais tenham sido inseridas nas agendas políticas, também incrementaram a criminalização e repressão de suas ações (o caso da Cúpula sobre o Clima de Copenhague é um bom exemplo recente em que houve detenções massivas e uma repressão desproporcionada, tendo em conta o caráter pacífico das mobilizações e o alto grau de sensibilização social em torno da temática da mudança climática). De fato, unindo ambos os elementos, vemos que a maioria das notícias dos meios de comunicação convencionais sobre os protestos de Copenhague limitam-se a comentários telegráficos e anedóticos sobre os detidos e, no melhor dos casos, a analisar algum caso particular como a prisão do Diretor de Greenpeace na Espanha, Juantxo López de Uralde.

Nesse sentido, dez anos depois de Seattle, a legitimidade dos protestos globais e o âmbito das demandas e propostas específicas transformam-se em temas escassamente tratados pelos meios de comunicação hegemônicos. Tal constatação leva, inevitavelmente, à discussão sobre a paradoxal dependência criada pelo movimento antiglobalização dos grandes meios informativos:

criam-se meios próprios de informação, comunicação e mobilização, porém os meios convencionais continuam funcionando, em várias ocasiões, como um termômetro de seu desempenho. Uma explicação plausível é o excessivo protagonismo dado por esses meios ao movimento em sua fase inicial devido à originalidade que supunha (uma "simpatia" praticamente impensável para a maior parte dos movimentos sociais). Como consequência dessa maior invisibilidade, houve um redobramento dos esforços contrainformativos próprios dos movimentos sociais globais, que, além de sua tarefa clássica de mobilização, difusão interna e comunicação, passaram a cobrir sistematicamente suas próprias manifestações para tornar visíveis suas ações ao universo não militante, nem sempre com êxito.

Agendas políticas e reapropriação discursiva

Tudo isso tem como corolário uma menor capacidade de incidência nas agendas políticas que assumiram muitas das demandas do movimento antiglobalização, mas utilizando uma reapropriação discursiva e uma reconversão semântica destas reivindicações, que passaram a circular nos espaços mais institucionais vazias de seu conteúdo original. Desse modo, o êxito reivindicativo do movimento antiglobalização levou à incorporação de parte de suas demandas mais politicamente corretas nas agendas oficiais, esvaziando seu alcance crítico. Tal fato obrigou os movimentos sociais globais a concretizarem as reivindicações para alcançar um impacto real em âmbitos como o ambientalismo, no qual termos como desenvolvimento sustentável e mudança climática passaram a ser utilizados de forma indiscriminada por governos, instituições e empresas. Estes, longe de negar a importância desses temas, incorporaram os termos aos seus discursos e agendas dentro da nova onda do capitalismo verde.

Algo similar ocorreu com os alimentos de etiqueta ecológica em que se abriu uma disjuntiva para alguns movimentos entre, por um lado, a positiva inserção de uma suposta agenda social nas políticas globais e, por outro, a perigosa manipulação e adaptação desta agenda aos interesses mercantis e particulares das organizações defensoras do *status quo*. Longe de estarem interessadas em uma mudança dos modos de produção, dos canais de comercialização e da distribuição da nova geografia comercial global, tais organizações se aproveitam da situação, a partir de selos altamente rentáveis para a revitalização de uma economia em crise.

A identidade do movimento (em movimento)

A questão da identidade dentro do movimento antiglobalização sempre foi de difícil resolução devido à grande heterogeneidade interna. A pergunta que emerge é: acaso é possível construir uma identidade coletiva, um sentimento de pertencimento compartilhado por ativistas tão distintos? O nexos comum

da luta contra a globalização neoliberal estabeleceria um primeiro sentimento de grupo. Também é possível afirmarmos isso da alteridade a partir da identificação de inimigos comuns. Além disso, os meios de comunicação e outros atores sociais e políticos ao identificarem o movimento como tal reforçavam sua identidade. Tejerina *et al.* (2006), em estudo sobre ativistas do movimento na Espanha, encontram resultados interessantes a este respeito: uma minoria (17% dos entrevistados) situa a sua identidade política no fato de pertencer a um movimento global, enquanto uma grande maioria (83%) se posiciona preferencialmente em outro tipo de movimentos. Mas, em lado oposto, apenas 11,4% rejeitam pertencer a um movimento global, 30,1% afirma que a sua identidade política está vinculada ao seu pertencimento ao movimento global e até 81,3% se sente parte constitutiva de dito movimento.

Ainda que este fosse um estudo exploratório sobre o tema, a ideia da compatibilização em termos de identidade entre um movimento setorial e outro mais amplo é muito sugestiva. Trata-se de uma importante pista a ser seguida nos próximos anos, uma vez que se a maioria das ações coletivas recentes de caráter global está convocada, de forma crescente, por grupos setoriais como La Via Campesina ou a Marcha Mundial das Mulheres, resta saber por onde caminhará a dimensão da identificação geral, mas também aqueles marcos exógenos de referência em um momento no qual as agendas políticas institucionais passam a referir-se, cada vez mais, a um determinado tipo de sociedade civil (aquela vinculada às ONGs e ao terceiro setor) com quem estabelecem diálogo para solucionar as principais problemáticas globais.

Notas finais

Dez anos depois de Seattle, afirmamos que "o movimento antiglobalização morre como ator, mas goza de excelente saúde" (Bringel *et al.*, 2009, p. 218). Com isso, queremos dizer que o movimento antiglobalização não está sustentado por aquelas características básicas que lhe identificavam no seu início: em termos organizativos houve um progressivo desmantelamento das principais convocatórias de ação global, tanto de protesto como de proposta; as identidades tornaram-se ainda mais difusas e, dificilmente, encontramos militantes que se autodefinem como ativistas do movimento antiglobalização propriamente dito (ou de qualquer de suas variações terminológicas); e sua incidência é certamente muito mais limitada. Esgotou-se um modelo e um ciclo de mobilização. Contudo, esta crise como ator internacional não pode nublar a identificação de vários de seus legados que continuam mantendo acesa a chama da contestação global (Cohen e Rai, 2000; McDonald, 2006), agora diluída em diversas redes contestatórias com conexão *glocal* e em um amplo repertório de ação coletiva transnacional.

Desse modo, a dissolução por êxito do movimento antiglobalização como ator e a permanência de suas contribuições e legados se manifesta hoje em um novo ativismo transnacional que, para Smith *et al.* (1997) e Tarrow (2005), não se diferencia

tanto por sua manifestação internacional, mas pelas conexões que estabelece entre as várias esferas de atuação, do local ao global, passando por todas as escalas intermédias. Consideramos que este novo tipo de ativismo transnacional é, em grande medida, herdeiro do movimento antiglobalização que, como qualquer outro ator ou realidade social, muda, evolui, adquire novos contornos e está submetido a dinâmicas cíclicas e a uma série de reajustes materiais e simbólicos. Uma das mais interessantes consequências dessas mudanças é analisar em que medida o deslocamento da contestação política e social global do centro do sistema-mundo (principalmente Estados Unidos e Europa), no qual o movimento antiglobalização ficou conhecido midiaticamente, a outros cenários do Sul Global como a América Latina, Ásia ou África contribuirá à descolonização do poder e do saber, dando às redes sociais globais um novo caráter menos eurocêntrico.

Finalmente, no plano teórico, o aparecimento do movimento antiglobalização no cenário internacional levou a uma reconsideração e a uma ruptura com as teorias clássicas das ações coletivas e dos movimentos sociais, limitadas ao marco estatal, inaugurando uma nova era de contestação global. Porém, a adaptação a mudanças tão bruscas exige certo tempo, e, certamente, um dos maiores desafios teórico-metodológicos continua sendo adaptar nossos esquemas mentais e modelos epistemológicos a construções que não podem limitar rígidas fronteiras entre a política nacional e a política internacional.

Referências

- ARRIGHI, G.; HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. 1999. *Movimientos anti-sistémicos*. Madrid, Akal, 128 p.
- BARBÉ, E. 2003. *Relaciones internacionales*. Madrid, Tecnos, 350 p.
- BECK, U. 1999. *What is globalization*. Cambridge, Polity Press, 208 p.
- BRINGEL, B.; CAIRO, H. 2010. Articulaciones del Sur Global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e Iberoamérica en la globalización contra-hegemónica. In: H. CAIRO; R. GROSGUÉL (eds.), *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Un diálogo Europa-América Latina*. Madrid, IEPALA Editorial, no prelo.
- BRINGEL, B.; ECHART, E.; LÓPEZ, S. 2009. Crisis globales y luchas transnacionales. In: E. GRAU; IBARRA, P. (coords.), *Crisis y respuestas en la red. Anuario de movimientos sociales 2009*. Barcelona, Icaria, p. 210-220.
- BRINGEL, B.; ECHART, E.; LÓPEZ, S. 2008. Del actor en movimiento a los movimientos en acción: la rearticulación de la lucha antiglobalización. In: E. GRAU; P. IBARRA (coords.), *Anuario de movimientos sociales 2008. La red en la ciudad*. Barcelona, Icaria, p. 178-187.
- BRINGEL, B.; ECHART, E.; LÓPEZ, S. 2007: Las "venas abiertas" en el 2006. In: E. GRAU; P. IBARRA (coords.), *Anuario de movimientos sociales 2006*. Barcelona, Icaria, p. 186-196.
- BRINGEL, B.; ECHART, E. 2008. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das 'fronteiras'. *Caderno CRH*, 21(54):457-475.
- CALLINICOS, A. 2003. *Un manifiesto anticapitalista*. Barcelona, Ed. Crítica, 208 p.
- COHEN, R.; RAI, S. 2000. *Global social movements*. Londres, The Athlone Press, 231 p.
- DELLA PORTA, D. 2007. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo, Loyola, 183 p.
- DÍAZ-SALAZAR, R. (ed.) 2002. *Justicia global. Las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre*. Barcelona, Ed. Icaria, 365 p.
- ECHART, E.; LÓPEZ, S.; OROZCO, K. 2005. *Origen, protestas y propuestas del movimiento antiglobalización*. Madrid, IUDC-Los Libros de la Catarata, 231 p.
- ECHART, E. 2008. *Movimientos sociales y Relaciones Internacionales. La irrupción de un nuevo actor*. Madrid, IUDC-Los Libros de La Catarata, 317 p.
- FALK, R. 1993. The making of global citizenship. In: J. BRECHER; J. CHILDS; J. CUTLER, *Global Visions*. Boston, South End Press, p. 39-50.
- FERNÁNDEZ DURÁN, R.; ETXEZARRETA, M.; SÁEZ BAYONA, M. 2001. *Globalización capitalista. Luchas y resistencias*. Barcelona, Ed. Virus, 240 p.
- GALDÓN, G. (ed.) 2002. *Mundo S.A. Voces contra la globalización*. Barcelona, Ed. La Tempestad, 224 p.
- GEORGE, S. 2001. Que faire à present?. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, I, Porto Alegre, 2001. Discurso pronunciado no Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 15 de jan.
- GRAU, E.; IBARRA, P. (coords.) 2003. *Nuevos escenarios, nuevos retos en la red. Anuario de movimientos sociales 2002*. Barcelona, Icaria, 189 p.
- GRAU, E.; IBARRA, P. (coords.) 2001. *Anuario de movimientos sociales. Participando en la red*. Barcelona, Icaria, 303 p.
- KINGSNORTH, P. 2006. *Um não, muitos sins. Uma viagem aos centros da antiglobalização*. São Paulo, Record, 348 p.
- KLEIN, N. 2001. Reclaiming the Commons. *New Left Review*, II(9):81-89.
- LÓPEZ, S.; ECHART, E.; OROZCO, K.; CALLE, A. 2006. Redes sociales en 2005. Tras la tempestad ¿vendrá el repliegue?. In: P. IBARRA; E. GRAU (coords.), *Anuario de movimientos sociales 2005*. Barcelona, Icaria, p. 169-177.
- MCDONALD, K. 2006. *Global movements: action and culture*. Oxford, Blackwell, 256 p.
- MIDDLEJ, S. 2008. *Ganhamos a batalha, mas não a guerra: a visão da campanha nacional contra a ALCA sobre a não assinatura do acordo*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 275 p.
- PASTOR, J. 2002. *Qué son los movimientos antiglobalización*. Barcelona, RBA editores, 112 p.
- SANTOS, M. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Editora Record, 173 p.
- SANTOS, B. de S. 1995. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 352 p.
- SMITH, J.; CHATFIELD, C.; PAGNUCCO, R. (eds.). 1997. *Transnational social movements and global politics. Solidarity beyond the state*. Nova York, Syracuse University Press, 314 p.
- TAIBO, C. 2005. *Movimientos de resistencia frente a la globalización capitalista*. Barcelona, Ediciones B, 320 p.
- TARROW, S. 2005. *The new transnational activism*. Cambridge, Cambridge University Press, 258 p.
- TEJERINA, B.; MARTINEZ, I.; CARIA, B.; SEGUÉL, A.; IZAOLA, A. 2006. O movimento pela justiça global na Espanha: ativistas, identidades e cartografia política da alterglobalização. *Sociedade e Estado*, 21(1):29-66.

Submissão: 15/12/2009

Aceite: 02/02/2010